

## Título

### ENSINO DE GEOGRAFIA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

#### Introdução

O projeto de pesquisa faz parte das atividades desenvolvidas no Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino da Geografia, NECPEG, da PUC-Rio. Este trabalho será desenvolvido a partir de uma proposta de debate do tema da sustentabilidade socioambiental e suas possibilidades no âmbito escolar.

Justificamos nossa pesquisa pela crescente importância do debate sobre questões ambientais, além das exigências recentes quanto à renovação da escola que colocam os profissionais da educação diante de novos desafios, entre eles compreender e desenvolver em seu dia a dia os princípios da sustentabilidade. A escola está intimamente ligada ao meio social, sendo algumas vezes influenciadora e outra influenciada por este.

Diante disto, a escola deve assumir o seu lugar nos debates das questões ambientais, a partir de uma análise crítica e democrática. Neste sentido, defendemos a ideia de que a gestão participativa deve tornar-se fundamental para que o aluno tenha um papel de importância na construção de uma aprendizagem transformadora.

#### Problemática de Pesquisa e objetivo

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. Quando se fala sobre sustentabilidade muitas alternativas são ressaltadas, tendo em vista a percepção de cada ser humano, pois cada um tem suas formas de entender como a sustentabilidade influencia em sua vida. Uma vez que as necessidades, as quais cada indivíduo possui são diferentes, assim como as formas de perceber a natureza e as relações construídas.

O projeto tem como objetivo principal analisar o potencial da noção de sustentabilidade socioambiental para a educação geográfica, considerada as perspectivas da aprendizagem transformadora e da cidadania ativa. Objetivos Secundários Compreender a noção de sustentabilidade socioambiental e identificar o uso da noção de sustentabilidade socioambiental pela geografia escolar. Propor estratégias metodológicas para a formação de cidadãos conscientes da importância transformação do mundo considerada a perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

#### Fundamentação Teórica

As necessidades encontradas pela espécie humana ao longo da história, condicionaram a forma na qual o homem se relaciona com a natureza, ambiente e meio ambiente. As transformações nas relações e concepções são derivadas de mudanças e construções constantes e intrínsecas a humanidade. Dessa forma, a existência e o entendimento da natureza como conceito, objeto de disputa e desejo não surgiu de maneira repentina, mas foi um processo que tomou muitas vertentes.

Ao analisar a relação do homem com o seu próprio meio ambiente, é possível perceber os momentos de pertencimento e de ruptura do homem com esse meio, o qual foi denominado como natureza, meio ambiente humano ou ambiente. Richard Domingues Dulley ao citar Lenoble (1969) considera que “não existe uma Natureza em si, existe apenas uma Natureza pensada”, concebendo a natureza como uma criação do homem podendo variar segundo a época e contexto.

Tendo em vista que o universo e seus componentes está para além da existência do homem, o conceito de natureza não passa de uma delimitação realizada pelo homem, segundo Lenoble (1969). A necessidade de compreender o que é a natureza está diretamente relacionada ao princípio de dominação. Assim como Francis Bacon aborda muitos acreditavam que a natureza deveria ser dominada, superada e conquistada. Todavia, este modelo é se tornou insustentável com o passar dos anos e se tornou prejudicial para a própria espécie humana.

A partir desta análise a diferenciação dos conceitos ‘Natureza’, ‘Ambiente’ e ‘Meio Ambiente’, é fundamental para a valorização e preservação de outras espécies existentes. Além da compreensão, do mundo vasto que está além daquilo que é conhecido pela espécie humana.

Segundo Richard Domingues Dulley (2004), o ambiente é a parte da natureza conhecida e compreendida pelo o homem. Devido a magnitude e a intensa capacidade de transformação, torna-se impossível que o homem conheça a natureza em sua totalidade. Além disso, a natureza pode ser analisada como tudo aquilo que é natural e que não foi criado pelo homem.

O entendimento destes conceitos, é de suma importância para a criação de políticas públicas coerentes e igualitárias. A preservação do ambiente deve ser realizada a partir da lógica de que não existe apenas um meio ambiente, e sim vários Meio ambientes específicos de cada espécie, os quais compõem o ambiente como um todo. Desta forma, para Dulley (2004) “A natureza e o ambiente seriam, portanto, duas faces de uma mesma moeda, sendo que o segundo teria uma conotação mais prática ou de utilidade, não só para o homem, mas também para qualquer espécie.”

## Discussão

Alguns acontecimentos históricos foram fundamentais para a consolidação do ambientalismo e construção da sociedade que a cada dia mais vem se mobilizando em prol do ambiente e sua conservação. O final da Segunda Guerra Mundial foi marcado por algumas catástrofes, as quais podem ser consideradas como um marco para o início da consciência ambiental da população. A evolução do debate ambiental não foi homogênea, tendo em vista as desigualdades econômicas e sócias existentes no mundo.

Durante a Conferência de Estocolmo de 1972, o relatório “Os limites do crescimento” demonstra essa heterogeneidade entre os países e a insatisfação dos países mais pobres, os quais argumentavam que não poderiam diminuir a exploração dos recursos naturais, pois isso iria impossibilitar diretamente o desenvolvimento do país.

Os problemas ambientais eram vistos a partir da escala local, ou regional, desconectados da dimensão global e das consequências futuras. Sendo assim, a consolidação do debate ambiental foi crescendo de acordo com as especificidades de cada país. Em 1973, foi pensada a proposta do ecodesenvolvimento, a qual tinha como objetivo a preservação do ambiente, devido a sua imensa degradação proveniente da industrialização.

Entretanto, a partir dos anos 80 com o processo de Globalização em grande parte do mundo, a necessidade de debater sobre a temática ambiental em uma escala global se tornou extremamente importante. Diante deste cenário, o conceito de ecodesenvolvimento, foi ressignificado e passa a ser denominado como Desenvolvimento Sustentável. A conferência Rio 92, a elaboração da Agenda 21 reúne planos e metas para a implementação deste novo modelo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

Na época alguns estudiosos criticaram conceito de desenvolvimento sustentável, pois o desenvolvimento de um país estava muito ligado somente a industrialização e ao uso dos recursos naturais. Portanto, a associação entre desenvolvimento e sustentabilidade era de difícil compreensão, tornando-se contraditório.

A Agenda 21 deu início a apropriação do discurso sustentável ser aderido pelas indústrias e empresas a seu favor, porém os métodos de produção permaneciam os mesmos ou passavam a cumprir apenas o que já estava previsto em lei. A apropriação do termo está se tornando cada vez mais popular, porém as transformações de fato precisam ser instaladas.

A aderência contraditória do termo está ligada a não valorização da causa e os motivos para qual existe, mas sim a demanda do produto sustentável. Dessa forma, o ideal capitalista do consumo permanece o mesmo, mudando apenas o objeto de desejo e a forma que é vendido.

A partir destas necessidades, a discussão sobre o Meio Ambiente e sua Sustentabilidade são de suma importância em sala de aula. A partir disto, é fundamental entender que Meio Ambiente não deve ser entendido apenas atrelado a uma questão puramente natural. Ao contrário disto, meio ambiente é o conjunto de condições, leis, que influenciam as interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abrigar e reger a vida em todas as suas formas. (Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Resolução nº 306 de 2002). Diante disto, o debate acerca da sustentabilidade socioambiental deve ser pautado em um trabalho amplo e multidisciplinar.

De acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente, expressa na Lei nº 9795/1999, Art. 1º, refere-se à educação ambiental como sendo os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade Este cenário torna se propício para a implementação nas escolas do debate de alguns dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os quais foram apresentados pelas Nações Unidas, a Agenda 2030 Global para o Desenvolvimento Sustentável. De acordo com a ONU “Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade.”. Um dos objetivos desta agenda, objetivo 4, tem como foco assegurar a “educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Este objetivo é de suma importância para que todos os cidadãos tenham acesso a um ensino

justo e de qualidade. Além deste objetivo, pode se trabalhar a partir do debate sobre sustentabilidade socioambiental, a implementação de projetos interdisciplinares a partir do objetivo 12, o qual tem como meta, de acordo com a ONU assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Em 2015 durante a cúpula de Desenvolvimento Sustentável, foi apresentado pelas Nações Unidas a Agenda 2030 Global para o Desenvolvimento Sustentável, a qual é composta por 17 ODS e suas 169 metas. De acordo com a ONU “Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade.” Além disso, de acordo com o relatório das Nações Unidas todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas “buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas.” Além disso, vale ressaltar que os objetivos são integrados e indivisíveis e formam o tripé socioeconômico ambiental que compõe o desenvolvimento sustentável.

Todos os objetivos são extremamente importantes, entretanto, o objetivo 4, tem como foco assegurar a “educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, este objetivo é de suma importância para o desenvolvimento pleno dos países. No artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988: " A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O acesso à Educação de qualidade é direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia.

Entretanto, após 32 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, a realidade da educação no Brasil ainda é muito desigual e precária. Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, havia 11,3 milhões de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade. No entanto, a desigualdade no Brasil está muito além da questão econômica de cada cidadão. Diante disto o analfabetismo não atinge a todos da mesma forma. O analisar os dados do IBGE de analfabetismo por cor e raça, em 2018, 3,9% das pessoas brancas com 15 anos ou mais eram analfabetas, porém ao analisar os dados entre pessoas de cor preta ou parda o percentual se eleva para 9,1%. Esse é um dos vários indicadores educacionais que revelam a desigualdade racial ainda muito presente na sociedade brasileira.

Desta forma, para pensar em uma educação de qualidade, deve-se trabalhar na redução das desigualdades econômicas, sociais e raciais. O objetivo 4 dos ODS tem algumas metas para que os países possam cumprir até 2030, algumas dessas metas são: o aumento de professores qualificados, a garantia que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade e eliminar as disparidades de gênero na educação.

Diante deste cenário, os investimentos públicos e privados para a ampliação do acesso de todo o cidadão a uma educação com mais qualidade e equidade, são de extrema importância para a redução da pobreza, criminalidade e para a o acesso aos direitos fundamentais.

A valorização dos professores é fundamental para a mitigação dessa desigualdade, pois, segundo os dados de 2018 do relatório Políticas Eficientes para Professores, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cada vez menos os jovens querem seguir a carreira docente. Hoje em dia, apenas 2,4% dos alunos de 15 anos têm interesse na profissão, sendo um cenário grave para a estrutura da sociedade no futuro.

Os programas de apoio a iniciação à docência e a residência pedagógica, são extremamente importantes, pois incentivam os alunos de licenciatura a vivenciarem a realidade das escolas e a proporem projetos e atividades pedagógicas, além do reconhecimento e da valorização do currículo. Além disso, o incentivo a projetos interdisciplinares nas escolas públicas, com incentivo tanto de empresas privadas como do governo, auxilia a democratização do ensino e fomentam o aluno a valorização de práticas pedagógicas diferenciadas. Esses projetos podem refletir diretamente na criatividade e autonomia dos alunos, sendo possível incentivar a carreira no magistério.

A licenciatura perdeu seu prestígio e incentivo devido, principalmente, a precarização do professor e suas condições de trabalho. A formação da sociedade é consequência do seu sistema de ensino e oportunidades dadas ao desenvolvimento de cada indivíduo. O cenário encontrado no Brasil é cada vez mais crítico, porém projetos que incentivem a docência, formação continuada do professor, salário digno e infraestrutura podem mudar o destino do país.

Sendo assim, para que aconteça a implementação real do objetivo 4 da Agenda 2030 no Brasil é necessário que haja a reestruturação do sistema de ensino, acarretando até o ano de 2030 o início da transformação social tão almejada pela ONU

## Conclusão

Conclui-se, portanto que o debate acerca da Educação Ambiental e sustentabilidade socioambiental é profunda e permeia diversos âmbitos sociais, impossibilitando soluções paliativas e rasas. Dessa forma, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU e o suporte dos indicadores e políticas públicas construídas nas três escalas do poder brasileiro são fundamentais para construção de projetos que possam ser efetivados.

## Referência Bibliográfica

DULLEY, R. D. **Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004

IBGE. **Conheça o Brasil- População**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>  
Acesso em: 17 de Maio 2020.

MARTINS. Vicente. **Educação na Constituição de 1988: O artigo 205**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/479/Educacao-na-Constituicao-de-1988-O-artigo-205> Acesso em: 17 de Maio 2020.

MMA. RESOLUÇÃO Nº 306, DE 5 DE JULHO DE 2002. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30602.html>. Acesso em: 09 de outubro de 2020

MMA. Presidência da República LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=32>. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

OCDE. **Relatórios Econômicos OCDE Brasil**. Disponível em: <http://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf> Acesso em: 17 de Maio 2020.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 17 de Maio 2020.

PEREIRA, S. S.; CURI, R. C. **Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento**. REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade – Vol. 2, no 4, p.35-57, Set-Dez/2012.